

PF investiga Bolsonaro sob suspeita de tramar golpe e prende militares



Agentes da PF deixam prédio onde fica a sede do PL em Brasília após cumprirem mandados

PF investiga Bolsonaro e prende militares por suspeita de tramar golpe

Agentes cumprem mandados de busca e apreensão, detêm também ex-assessores e apreendem passaporte de ex-presidente

BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ex-assessores e aliados, incluindo militares de alta patente, foram alvo nesta quinta (8) de uma operação da Polícia Federal que investiga uma tentativa de golpe de Estado para mantê-lo no poder após a derrota nas eleições para Lula (PT). A operação é um dos principais reveses para Bolsonaro no cerco judicial que enfrenta desde que deixou a Presidência, em dezembro de 2022. O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), escreveu em sua decisão que está "comprovada a materialidade" dos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro fica também impedido de sair do país e manter contato com aliados como Valdemar Costa Neto, presidente de seu partido. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concordou com a maior parte das medidas solicitadas pela PF para a operação. Ele, porém, não viu a necessidade de impedir Valdemar de se comunicar com outros investigados e a proibição de viajar para fora do Brasil. O presidente do PL, entretanto, acabou preso por posse ilegal de arma.

Bolsonaro estava em sua casa em Angra dos Reis (RJ), onde a PF apreendeu o celular de um de seus assessores, Tercio Arnaud Thomaz. Houve ainda determinação para que o ex-mandatário entregasse seu passaporte. O documento estava na sede do PL, em Brasília, e foi entregue aos policiais. Entre os atingidos pelas medidas de busca e apreensão estão os ex-ministros Augusto Heleno, Braga Netto, Anderson Torres e Paulo Sérgio Nogueira, Heleno, Braga Netto e Paulo Sérgio de Moraes.

Foram presos os ex-assessores de Bolsonaro Marcelo Câmara e Filipe Martins. Militar, Câmara já era investigado no caso da fraude no cartão de vacinação do ex-presidente. Já Martins foi assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República.

Também foram alvo de mandado de prisão os militares Rafael Martins e Bernardo Romão Correia Neto.

Moraes afirma que Bolsonaro teve acesso e pediu modificações em uma minuta do

golpe que lhe teria sido apresentada por Filipe Martins. "Os elementos informativos colhidos revelaram que Jair Bolsonaro recebeu uma minuta de decreto apresentada por Filipe Martins [então seu assessor] e Amauri Feres Saad para executar um golpe de Estado, detalhando supostas interferências do Poder Judiciário no Poder Executivo". Bolsonaro já foi condenado pelo TSE por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral e é alvo de outras investigações no STF. Ele está ineligível a cargos.

A operação recebeu o nome de Tempus Veritatis. O objetivo é apurar organização criminosa que teria atuado na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado democrático de Direito.

As informações que embasaram a operação foram coletadas nas investigações no âmbito do inquérito das milícias digitais, que corre no STF, e na delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente.

As mensagens analisadas pela PF apontam, segundo Moraes, que em novembro de 2022 Bolsonaro abandonou a ideia de aceitar a derrota nas urnas para "analisar a possibilidade de 'virada de jogo', como defendido por alguns militares, empresários integrantes de seu governo".

Não houve apreensão na sede do PL, os policiais encontraram, no gabinete de Bolsonaro, documento não assinado com justificativa para a criação de estado de sítio.

"Final, diante de todo exposto, e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, de claro o estado de sítio (sic); e, como ato contínuo, decreto operação de garantia da lei e da ordem", diz o texto. O texto é similar a um encontrado no celular de Cid em 2023.

Segundo a PF, as investigações apontam que o grupo investigado se "dividiu em núcleos de atuação para disseminar a ocorrência de fraude nas Eleições Presidenciais de 2022, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e legitimar uma intervenção militar em dinâmica de milícia digital". Os documentos da operação

A investigação demonstra, também, a existência de um núcleo de inteligência, formado por assessores próximos ao então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que teria monitorado a agenda, o deslocamento e a localização de diversas autoridades, dentre elas o Ministro Relator do presente inquérito

Alexandre de Moraes ministro do STF, em despacho autorizando as buscas e prisões

O acesso privilegiado às informações sensíveis e às circunstâncias identificadas evidenciam ações de vigilância e monitoramento em níveis avançados

Paulo Gonet procurador-geral da República, em parecer da PGR

também mostram que Cid e outras pessoas monitoraram a agenda e o deslocamento de Moraes. Segundo a polícia o objetivo era que o ministro fosse preso assim que ocorresse o golpe de Estado.

Mensagens obtidas pela Polícia Federal mostram ainda que Braga Netto teria chamado o então comandante do Exército, Marco Antônio Fere Gomes, de "cagão" por não aderir à tentativa de golpe.

Em outras conversas, o general incentiva críticas ao então comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Junior, a quem se refere como "traidor da pátria". De acordo com a PF, as mensagens foram enviadas por Braga Netto para Alton Barros, capitão expulso do Exército que estimulava um golpe militar em conversas com Cid. O plano para reverter a derrota eleitoral e efetuar o golpe foi discutido em mensagens e reuniões em novembro e dezembro de 2022. Segundo os planos dos golpistas, a prisão de Moraes ocorreria no dia 18 de dezembro daquele ano.

A decisão do ministro do STF também relata que a PF está de posse de um vídeo de uma reunião ministerial de Bolsonaro de julho de 2022. Na ocasião, ele e auxiliares discutem cenários golpistas.

Após Bolsonaro levantar a suspeita de que ministros do STF e TSE ganhassem propina para fraudar as eleições, a palavra é dada a Heleno, então ministro do SSI (Gabinete de Segurança Institucional).

"A existência do ilícito Núcleo de inteligência paralela também fica demonstrada nessa reunião, na fala do investigado Augusto Heleno", prossegue Moraes na decisão.

Ele então relata que o então chefe da G2 falou ter tido conversa para a infiltração de agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) nas campanhas eleitorais, tendo sido interrompido por Bolsonaro no sentido de que o assunto fosse tratado depois.

Heleno, segundo a transcrição, prossegue, com uma fala golpista: "Não vai ter revolução do VAR. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições. Fabio Serepiano, Bruno Boghossian, Ranier Bragion, César Feitoza, José Marques e Thaisa Oliveira

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4